



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 10/2024

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024

Código registro TCE: CB1E819E578A861754694DFA9EEE26ADC1742AC7

O **MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 230, Centro, Ipumirim, Santa Catarina, torna público que realiza licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei nº 14.133, pelo Decreto Municipal nº 2.793, pelas condições estabelecidas no edital e nos anexos.

1. DO OBJETO

1.1 O procedimento licitatório tem por objeto a contratação de empresa (mão de obra + material), para execução de capeamento asfáltico nas Ruas: Carlos Giombelli, Juscelino Kubistchek, Scalco e Selvino Bellini, conforme memorial descritivo, projeto, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e demais documentação anexa ao edital para a Secretaria Municipal de Urbanismo de Ipumirim, de acordo com as especificações e os detalhes constantes dos anexos integrantes do edital e conforme segue:

Via	Via de obra a ser executada	Valor Máximo:
1	RUA CARLOS GIOMBELLI - Pelo presente documento a obra se refere ao serviço de Pavimentação asfáltica da Rua Carlos Giombelli, conforme memorial descritivo, projeto, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e demais documentação anexa ao Edital.	R\$446.595,80
2	RUA JUSCELINO KUBISTCHEK - Pelo presente documento a obra se refere ao serviço de Pavimentação asfáltica da Rua Juscelino Kubistchek, conforme memorial descritivo, projeto, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e demais documentação anexa ao Edital.	R\$905.165,24
3	RUA SCALCO - Pelo presente documento a obra se refere ao serviço de Pavimentação asfáltica da Rua Scalco, conforme memorial descritivo, projeto, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e demais documentação anexa ao Edital.	R\$300.279,47
4	RUA SELVINO BELLINI - Pelo presente documento a obra se refere ao serviço de Pavimentação asfáltica da Rua Selvino Bellini, conforme memorial descritivo, projeto, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e demais documentação anexa ao Edital.	R\$303.814,50
Valor Total Previsto		R\$1.955.855,01



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1 O prazo da execução do objeto será de 120 (cento e vinte dias), contados da assinatura da ordem de serviço e poderá ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133.

3. DO VALOR

- 3.1 - Os recursos para aquisição do objeto da presente CONCORRÊNCIA são recursos vindos do Estado, conforme Convênio nº SCC12918/2023, recursos da União e recursos próprio do orçamento de 2024, totalizando o valor total de R\$ 1.955.855,01 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e um centavo conforme disposto no Anexo III deste edital.
- 3.2 As despesas com o objeto desta licitação correrão pelas dotações orçamentárias:

Órgão:	14-SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERVIÇO
Unidade:	01-Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço
Proj/Ativ:	15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público.

4. DO LOCAL, DATA E HORA DA SESSÃO

- 4.1 A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 18 de março de 2024, com início às 8h31min, no horário de Brasília.
- 4.2 Somente poderão participar da sessão as empresas devidamente cadastradas na plataforma eletrônica e que apresentarem propostas através do site descrito no item 4.1, até as 08h30min do dia 18 de março de 2024

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Podem participar da licitação aqueles que atuam no ramo de atividade do objeto contratado e que atendam as condições exigidas no edital e anexos.
- 5.2 Não será admitida a participação de:
- 5.2.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 5.2.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 5.2.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 5.2.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

5.2.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.7 empresa declarada inidônea pelo poder público ou que esteja impedida de licitar, contratar e transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

5.2.8 empresa de que seja proprietário, controlador ou diretor, servidor público municipal da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista que integre a administração indireta do ente licitante;

5.2.9 empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto licitado;

5.2.10 empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605 e do art. 12 da Lei nº 8.429;

5.2.11 empresas que tenham o mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, que concorram entre si;

5.2.12 empresas que tenham em sua composição sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

5.2.13 empresa em processo falimentar;

5.2.13.1 Empresa em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme dispõe o acórdão 1201/2020, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.3 O descumprimento das condições de participação acarreta a inabilitação do licitante.

5.4 A participação na licitação implica na aceitação plena das condições expressas no edital e em seus anexos.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participar da licitação, o licitante deverá se credenciar no sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

- 6.3** O credenciamento implica na responsabilidade legal do licitante e de seu representante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento licitatório.
- 6.4** A senha e o login de acesso ao sistema eletrônico são de uso pessoal e intransferível, de inteira responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5** A empresa representada por sócio, dirigente ou assemelhado deve juntar o seu estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.
- 6.5.1** Ressalvado o item 6.5, o representante deve apresentar procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os atos e operações no sistema.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1** Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública
- 7.2** Ao enviar a proposta pelo sistema eletrônico, o proponente deve necessariamente postar o valor global.
- 7.3** O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.
- 7.4** É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada na licitação.
- 7.5** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.
- 7.6** No valor proposto estão inclusos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução.
- 7.7** Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 7.8** Em não havendo campo específico para digitação do modelo, ele poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.
- 7.9** A ausência de indicação do modelo não ensejará a desclassificação da proposta, a qual deverá ser sanada na apresentação da proposta atualizada.
- 7.10** Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 7.11 Na proposta obrigatoriamente deve constar o endereço de e-mail da licitante.
- 7.12 Deve ser enviado com a proposta a ficha técnica em português do produto, para análise das condições e das especificações técnicas.
- 7.12.1 A ficha técnica pode ser substituída por declaração do representante, indicando suas especificações, as quais serão exigidas no momento da entrega do objeto;
- 7.12.2 Na ficha técnica deve constar as principais características do produto cotado;
- 7.12.3 Em caso de dúvida quanto ao atendimento das exigências técnicas, a sessão prosseguirá, em respeito ao princípio da competitividade e após o seu término será realizada diligência para análise das especificações técnicas.
- 7.13 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o edital.
- 7.14 O item da proposta que eventualmente contemple produto que não corresponda às especificações do edital serão desconsiderados.
- 7.15 Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:
- 7.15.1 Preço de cada item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
- 7.15.2 Marca e especificações do objeto, consoante as exigências editalícias.
- 7.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.17 Ocorrendo adendos, erratas ou republicações do edital, que levem à alteração da data de abertura do certame, cabe às licitantes a atualização da documentação de habilitação já cadastrada, caso julguem necessário.
- 7.18 Podem ser admitidos erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público.
- 7.19 A não apresentação da proposta ou a apresentação em desacordo com o edital e anexos tem como consequência a desclassificação da proposta.
- 8. DA SESSÃO E DOS LANCES**
- 8.1 A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site*, e o agente de contratação avaliará se as propostas estão de acordo com os requisitos estabelecidos no item 7 do edital.
- 8.2 Verificados os requisitos das propostas recebidas, será aberta a etapa competitiva, na qual os licitantes poderão encaminhar lances, por meio do sistema eletrônico.
- 8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo preço por lote.
- 8.4 Somente serão aceitos lances cujos valores sejam menores que o último registrado no



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

sistema.

- 8.5 Não serão aceitos lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 8.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 1.000,00**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a menor oferta.
- 8.7 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 8.8 A disputa de lances se dará no modo e o envio de lances na sessão pública durará dez minutos, após esse prazo será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.9 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.10 Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada.
- 8.11 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 8.12 No caso de desconexão com o agente de contratação/pregoeiro no decorrer dos lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances retornando o agente, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.13 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.14 Após o encerramento de cada item, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o chat informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% superior ao melhor preço ofertado para o pregão e 10% para a concorrência).
- 8.15 Para cada empresa empatada, será concedido 05 minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o chat.
- 8.16 Após o fechamento da etapa de lances, o agente de contratações encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor lance.
- 8.17 Incumbe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da



inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 8.18** A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento de seu lance, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1** O licitante que apresentar o menor preço por lote será considerado vencedor se a proposta:

- 9.1.1** for igual ou inferior ao valor máximo previsto no edital;
- 9.1.2** estiver em conformidade com os outros requisitos do edital;
- 9.1.3** não contiver vício insanável ou ilegalidade;
- 9.1.4** for exequível;

- 9.2** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.

- 9.3** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia do licitante vencedor, de 5% do valor inicial do contrato, se a proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a lei.

- 9.3.1** O licitante vencedor poderá optar por qualquer modalidade de garantia prevista no art. 96 da Lei 14.133.

- 9.3.2** O licitante vencedor terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para apresentar a garantia.

- 9.4** Se necessária a apresentação de planilha readequada com base no lance ofertado, será considerada inexequível a proposta que apresentar lucro inferior a 1% do valor ofertado ou que não observar os valores mínimos previstos em lei ou em negociações coletivas do trabalho.

- 9.5** O licitante vencedor do item fica obrigado a encaminhar, no prazo de até 2 horas ou outro maior definido pelo agente de contratação/pregoeiro, exclusivamente via sistema, a proposta com o valor acordado na negociação.

- 9.6** Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

- 9.7** Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar as planilhas com despesas



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

decorrentes de lei acerca dos encargos previdenciários e trabalhistas, que não poderão estar abaixo dos percentuais previstos em lei ou em negociações coletivas do trabalho, sob pena de desclassificação por inexecutabilidade.

- 9.8** Na hipótese do lance de menor preço não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro examinará o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá à avaliação dos documentos de habilitação, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço até a apuração de um lance que atenda ao edital.
- 9.9** Sendo suscitada dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o agente de contratação/pregoeiro poderá solicitar à licitante declaração de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- 9.10** Caso seja constada ilegalidade ou desconformidade da proposta com o edital e com os anexos, a licitante será desclassificada na fase de julgamento.
- 9.11** A Administração poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.
- 9.11.1** A análise e avaliação da conformidade da proposta poderá ser solicitada no prazo de até 5 dias úteis, contados da lavratura da ata, devendo ser entregue no local designado pelo poder público, se for o caso.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1** Os documentos de habilitação devem ser enviados via sistema eletrônico, com a proposta, ressalvados os documentos relativos à regularidade fiscal, que podem ser apresentados, no prazo de até 24 horas, contados da mensagem encaminhada pelo agente de contratação.
- 10.2** Serão aceitos comprovantes obtidos pela internet, desde que tenham sua validade confirmada pelo agente de contratação.
- 10.3** Devem ser apresentadas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 10.4** Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123, o proponente deve comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta.
- 10.5** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente pode ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.6 A habilitação social, trabalhista e econômico-financeira é comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

10.6.1 Atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, ou o registro público de empresário individual e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, com a comprovação de publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das alterações, caso existam, e, no caso de sociedades simples, acompanhados de prova de diretoria em exercício;

10.6.2 Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

10.6.3 Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;

10.6.4 Certidão negativa de efeitos de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.6.4.1 Empresa em recuperação judicial pode participar se apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que está apta econômica e financeiramente a participar da licitação.

10.6.5 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, do último exercício.

10.6.6 Para avaliar a situação financeira serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deve ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

$$LC = \text{ATIVO CIRCULANTE}$$



PASSIVO CIRCULANTE

- 10.6.7** Relatório de consulta negativa junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e certidão negativa de licitante inidôneos, em nome da licitante e de seus sócios, emitida no endereço eletrônico;
- 10.6.7.1** A não apresentação da consulta negativa junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas e da certidões negativa de licitantes inidôneos não acarretará a inabilitação da proponente, podendo ser realizada a consulta para fins de habilitação, a qualquer tempo pelo agente de contratação/pregoeiro ou requeridas à licitante.
- 10.6.8** Relatório de consulta negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;
- 10.6.9** Relatório de consulta do cadastro nacional de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 10.6.10** Declaração de idoneidade, conforme o modelo do anexo IV;
- 10.6.11** Declaração de atendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente, conforme o modelo do anexo IV;
- 10.6.12** Declaração de inexistência de vínculo social e funcional, conforme o modelo do anexo IV;
- 10.6.13** Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme o modelo do anexo IV;
- 10.7** São requisitos a habilitação fiscal a apresentação dos seguintes documentos:
- 10.7.1** certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União e às contribuições sociais;
- 10.7.2** certidão negativa de débitos estaduais;
- 10.7.3** certidão negativa de débitos municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- 10.7.4** certidão negativa de débitos municipais, relativa ao Município de Ipumirim;
- 10.7.5** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 10.7.6** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.8** São requisitos a habilitação técnica a apresentação dos seguintes documentos:
- 10.8.1 Experiência Técnica e Histórico de Obras Semelhantes:** A empresa deverá comprovar experiência técnica na execução de obras de pavimentação asfáltica, apresentando um histórico de projetos bem-sucedidos e similares em



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

termos de escopo e complexidade através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada, com no mínimo os seguintes itens e quantidades:

- a. Pavimentação: 5.000m² ou equivalente;
- b. Topografia (locação): 5.000m² ou equivalente;
- c. Sinalização viária: 5.000m² ou equivalente;

10.8.2 Qualificação Técnica da Equipe: Apresentação do currículo e qualificação técnica da equipe que será responsável pela execução da obra, incluindo engenheiros, técnicos especializados em pavimentação e demais profissionais necessários que deverão estar registrados nos respectivos órgãos de classe.

10.8.3 Capacidade Financeira e Garantias: A empresa deverá demonstrar capacidade financeira para arcar com os custos da obra, apresentando balanços financeiros recentes, comprovação de capital de giro e, se necessário, fornecimento de garantias bancárias.

10.8.4 Certificações e Normativas Ambientais: Certificações que atestem o compromisso da empresa com práticas ambientalmente sustentáveis, bem como o cumprimento de normativas e regulamentações ambientais vigentes, no que couber.

10.8.5 Adoção de Tecnologias Sustentáveis: Comprometimento da empresa em utilizar tecnologias sustentáveis durante a execução da obra, priorizando materiais reciclados, asfalto de baixo impacto ambiental e equipamentos eficientes em termos de consumo energético.

10.8.6 Compromisso com a Segurança do Trabalho: Apresentação de um plano de segurança do trabalho, contemplando medidas preventivas, treinamentos para a equipe, e ações para garantir um ambiente de trabalho seguro durante a realização da obra.

10.8.7 Licenças e Autorizações: A empresa deve estar regularizada quanto às licenças e autorizações necessárias para a realização da obra, incluindo autorização ambiental, licença de operação, entre outras exigências legais, quando necessárias.

10.8.8 Compromisso com a Logística Reversa: Comprometimento da empresa em adotar práticas de logística reversa, incluindo a destinação adequada de resíduos, o reaproveitamento de materiais recicláveis e a gestão sustentável dos insumos utilizados na obra.

10.8.9 Capacidade de Inovação e Adoção de Tecnologias: Demonstração da capacidade da empresa em inovar e incorporar novas tecnologias que



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

possam otimizar o processo construtivo, melhorar a eficiência e reduzir impactos ambientais.

- 10.9** Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes disposições, sem prejuízo das demais previstas no edital:
- 10.9.2** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - 10.9.3** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - 10.9.4** admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 10.10** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 10.10.2** complementação dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 10.10.3** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.11** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratações pode sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.12** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 10.12.2** De acordo com a documentação complementar exigida, poderá ser ampliado o prazo para apresentação dos documentos.
- 10.13** As licitantes poderão substituir os documentos de habilitação que possam ser comprovados por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Poder Executivo Federal.
- 10.14** A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador.
- 10.15** As microempresas e empresas de pequeno porte devem apresentar, assim como os demais, toda a documentação exigida.



10.15.2 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, contados da comunicação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.15.3 Aplica-se o prazo de retificação do item anterior, se não apresentada a certidão de regularidade fiscal e trabalhista, em virtude da não disponibilização da informação pelo órgão expedidor.

10.15.4 A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação e será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.16 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição.

10.17 Caso a licitante se enquadre em alguma hipótese de inidoneidade e de suspensão, será analisado o seu alcance, garantido-se os prazos recursais previstos em lei, em caso de inabilitação.

11 DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

11.8 Qualquer pessoa poderá, até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do edital ou solicitar esclarecimento.

11.9 As impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados no campo próprio do sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.10 O agente de contratações/pregoeiro responderá aos pedidos no prazo de 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.11 Deferida a impugnação, se necessária a devolução do prazo, será designada nova data para realização do certame.

11.12 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11.13 Não será conhecida a impugnação intempestiva ou de autoria não identificada.

12 DOS RECURSOS

12.8 Será concedido o prazo de 10 minutos, para que o proponente manifeste a intenção de recorrer do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou de inabilitação de licitante.

12.9 O agente de contratação/pregoeiro fará o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a.

12.10 O juízo de admissibilidade consistirá em verificar a tempestividade, a legitimidade e o



interesse de recorrer.

12.11 Se positivo o juízo de admissibilidade recursal, será concedido o prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões, contados da lavratura da ata, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

12.12 As razões e as contrarrazões devem ser enviadas exclusivamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br, em campo próprio ou da forma indicada pelo agente de contratações/pregoeiro, em documento digitalizado, devidamente assinado, acompanhado de procuração, quando for o caso.

12.12.2 Não serão conhecidos os recursos encaminhados por fax, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

12.13 O acolhimento do recurso invalida os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.14 A falta de manifestação, imediata, importará a decadência do direito de recurso.

13 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.8 A adjudicação e a homologação serão realizadas pela autoridade competente.

14 DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.8 As obrigações decorrentes do processo licitatório serão formalizadas por meio de contrato ou o instrumento equivalente, publicado em anexo.

14.8.2 A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133.

14.9 Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua disponibilização pelo gestor do contrato, que será informada por e-mail ou contato telefônico.

14.9.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que solicitado pelo licitante, de forma justificada e o motivo seja aceito pela Administração.

14.10 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo assinalado, será convocado o proponente subsequente e averiguada a aceitabilidade de sua proposta.

14.10.2 Deve o agente de contratação/pregoeiro negociar com o novo proponente para que seja obtido o melhor preço.

14.10.3 Se a proposta do candidato subsequente atender às disposições do edital, será procedida à sua habilitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

14.10.4 Poderá ser realizado o procedimento do item 14.3 até a apuração de um licitante que atenda ao edital.

14.11 O licitante que se recusar a assinar o contrato, no prazo estabelecido ou apresentar justificativa não aceita pela Administração, além de decair do direito à contratação, sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

14.12 Como condição para a contratação, o licitante deverá manter as condições de habilitação e prestar as informações solicitadas, dentro dos prazos estipulados.

14.13 Na formalização do contrato, deve a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração possa obter informações e esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer comunicações.

14.13.2 Se não for realizada a indicação de que trata o item anterior, as comunicações serão enviadas para o responsável pela assinatura do contrato ou para o funcionário que intermediar a comunicação entre a contratada e a Administração.

14.14 Fica vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou cível com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.15 Fazem parte do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base à licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

15 DA ALTERAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

15.8 O objeto contratual pode ser alterado nas hipóteses e percentuais previstos no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133.

16 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.8 A gestão do contrato será realizada pelo gestor do contrato, designado de acordo com o Decreto Municipal que disciplina o procedimento licitatório.

16.9 A fiscalização do contrato será realizada pelo fiscal do contrato, designado de acordo com o Decreto Municipal que disciplina o procedimento licitatório.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO OU SERVIÇO

17.8 O recebimento provisório será realizados pelo fiscal do contrato, no prazo e forma previsto no contrato.

17.9 O recebimento definitivo será realizada pelo gestor do contrato, no prazo e forma previsto no contrato.



18 DO PAGAMENTO

18.8 O pagamento será efetuado na forma prevista no contrato.

18.9 O pagamento será autorizado após a apresentação da certidão negativa de débitos Municipais, Federais e Estaduais e certidão de regularidade do FGTS.

18.10 Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, será autorizado o pagamento após a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

19 DAS OBRIGAÇÕES

19.8 As obrigações das partes estão previstas no termo de referência e no contrato.

20 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.8 Presente qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

20.8.2 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

20.8.3 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

20.8.4 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.9 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.10 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as seguintes consequências:

20.10.2 assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

20.10.3 ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregado na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

20.10.4 execução da garantia contratual para:

20.10.4.1 ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

20.10.4.2 pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

20.10.4.3 pagamento das multas devidas à Administração Pública;

20.10.4.4 exigência da assunção da execução e da conclusão do



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

20.10.4.5 retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

20.11 Poderá ser determinada a extinção do contrato e a aplicação de sanção prevista no capítulo subsequente.

21 DAS SANÇÕES

21.8 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.8.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.8.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.8.4 dar causa à inexecução total do contrato;

21.8.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.8.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.8.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.8.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.8.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.8.10 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.8.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.8.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.8.13 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846.

21.9 Será aplicado ao responsável pela infração as seguintes sanções:

21.9.2 advertência;

21.9.3 multa;

21.9.4 impedimento de licitar e contratar;

21.9.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

21.10.2 a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.10.3 as peculiaridades do caso concreto;

21.10.4 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.10.5 os danos que dela provierem para a Administração Pública;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 21.10.6** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.11** A advertência será aplicada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato (item 20.1.1), se não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 21.12** A multa contratual, de até 20% do valor do contrato, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 21.1.
- 21.13** O impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 anos.
- 21.14** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 21.15** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 21.16** Se a multa e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 21.17** A aplicação da sanção de multa não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 21.18** A extinção do contrato e a aplicação das sanções seguirá o procedimento previsto no Decreto Municipal que regulamenta a lei de licitações.
- 21.19** As sanções previstas neste edital serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

22 DOS ANEXOS

ANEXO I – CONTRATO

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VINCULO SOCIAL E FUNCIONAL;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO LCP 123/2006;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.8 A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação.

23.9 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.10 A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida, se os dados existirem em outro documento.

23.11 O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

23.12 É facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

23.13 Não serão fornecidas respostas e informações verbalmente, devendo o interessado manifestar-se no site www.portaldecompraspublicas.com.br, na forma do edital.

23.14 É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

23.15 Fica eleito o foro da comarca de Ipumirim, Santa Catarina, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

23.16 A Secretaria de Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

23.17 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

de habilitação.

23.18 Ficam vinculados a este edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos.

23.19 Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao edital.

23.20 A participação na licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

Ipumirim, 29 de fevereiro de 2024.

**HILÁRIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL**



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

ANEXO I MINUTA DE CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº
___/2024, DE LOCAÇÃO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM
LADO, O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E DE OUTRO LADO
_____, NA FORMA ABAIXO

O **MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.575/0001-02, com sede na Av. Dom Pedro II, 230, Centro, Ipumirim, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Hilário Reffatti, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, representada neste ato por _____, _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade _____, pelo qual a contratada se obriga a executar o objeto do contrato, na forma e condições estabelecidas no edital e nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para a _____, conforme discriminado no termo de referência, anexo III do edital.
- 1.2. Integram e vinculam o presente contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes, às condições expressas no edital, nos anexos e na proposta.

CLÁUSULA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 2.1. Aplica-se a execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos, a Lei nº 14.133, a Lei Complementar nº 123, o Decreto Municipal nº 2.793, os princípios de direito administrativo e as demais normas federais e municipais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO (OU FORMA DE FORNECIMENTO)

- 3.1. (SE FOR OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONFERIR ART. 46) A execução do contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço global.
- 3.2. O objeto do contrato será executado ou fornecido na forma estabelecida no termo de referência, após a expedição da ordem de serviço.
- 3.3. Todos os custos com o objeto do contrato - frete, deslocamento, entrega - , são de responsabilidade da contratada.
- 3.4. A empresa contratada não poderá transferir a outrem o fornecimento do objeto contratado.



CLÁUSULA QUARTA - PREÇO, REAJUSTAMENTO, REACTUAÇÃO E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

4.1. O valor do contrato é de R\$ XXXXXXXXX.

4.2. O preço do contrato de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

4.2.1. A Administração não está vinculada às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

4.2.2. A repactuação deve observar o interregno mínimo de 1 ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

4.2.3. A repactuação pode ser dividida, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação.

4.2.4. A repactuação será precedida de requerimento escrito do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

4.2.5. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei 14.133.

4.3. Poderá ser alterado o valor inicial do contrato a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

4.3.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133.

4.3.2. O prazo para resposta ao requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 1 mês, contado da data da disponibilização da documentação necessária a apreciação do pedido.

4.3.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução das prestações



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 mês.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 1 ano, contados da assinatura do contrato.

5.1.1. A Administração pode extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que não mais lhe oferece vantagem

5.1.2. A Administração pode prorrogar o contrato, se preenchidos os requisitos e formalidades do art. 107 da Lei nº 14.133.

5.2. A entrega do objeto ou o início da execução da obra ou serviço deve ser efetuado no prazo estabelecido no termo de referência, contado do recebimento da ordem de serviço ou, na falta deste prazo, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço.

5.3. A conclusão e entrega do objeto contratado deve ocorrer dentro do prazo de vigência do contrato.

5.4. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período do contrato, no entanto, o contratado poderá ser sancionado se deu causa ao atraso na execução.

CLÁUSULA SEXTA - OS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da contratada:

6.1.1. cumprir integralmente as disposições do contrato;

6.1.2. assumir integral responsabilidade pelos danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes dos serviços ou objetos fornecidos, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a contratante de qualquer reclamação resultante de atos de seus prepostos ou de pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização da contratante;

6.1.3. manter preposto aceito pela contratante;

6.1.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados;

6.1.5. arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

6.1.6. pagar os ensaios, testes e demais provas, exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 6.1.7. providenciar todos os laudos e autorizações impostas por lei e necessárias a execução do contrato;
 - 6.1.8. deter o ônus pela solidez e segurança do objeto deste contrato, assim como pela responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela lei, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;
 - 6.1.9. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
 - 6.1.10. observar as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, durante a execução do contrato;
 - 6.1.11. corrigir e reparar, às suas custas, os itens em que forem verificadas desconformidades com o contrato;
 - 6.1.12. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
 - 6.1.13. permitir que o fiscal do contrato, a qualquer tempo, tenha acesso aos registros dos serviços.
- 6.2.** No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, a contratada se compromete:
- 6.2.1. a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD;
 - 6.2.2. a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 aos quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, relativos ao cumprimento do contrato;
 - 6.2.3. a agir com atenção aos deveres de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do contrato;
 - 6.2.4. a não utilizar informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual;
 - 6.2.5. a obter consentimento, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, responsabilizando-se a contratada pela obtenção e gestão;
 - 6.2.6. armazenar os dados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso, adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

- 6.2.7.** a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco;
- 6.2.8.** a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais;
- 6.2.9.** a manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 6.2.10.** a permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- 6.2.11.** a apresentar, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;
- 6.2.12.** a assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- 6.2.13.** a promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato;
- 6.2.14.** a não disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual;
- 6.2.15.** caso autorizada transmissão de dado a terceiro, a informação fornecida deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 6.2.16.** a adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
- 6.2.17.** a comunicar formalmente e de imediato ao contratante a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- 6.2.17.1.** A comunicação acima mencionada não eximirá a contratada das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 6.2.18.** Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados e, em no máximo trinta dias, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes, salvo quando a contratada tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.
- 6.2.19.** A contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas neste contrato.
- 6.2.20.** A contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações no processo de tratamento dos dados compartilhados.

6.3. A contratada tem direito:

- 6.3.1.** ao pagamento, após o recebimento definitivo do objeto do contrato, na forma e prazo previsto no contrato;
- 6.3.2.** ao contraditório e ampla defesa, nos casos de aplicação de penalidades;
- 6.3.3.** a ter acesso às informações e espaços necessários à execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

- 7.1.1.** fiscalizar a execução do contrato;
- 7.1.2.** elaborar medições mensais com registros das quantidades efetivamente executadas e o valor financeiro correspondente, quando for o caso;
- 7.1.3.** rejeitar no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 7.1.4. aplicar as penalidades previstas pela inexecução do contrato;
 - 7.1.5. informar à contratada quando constatado irregularidade no cumprimento do prazo de entrega dos itens ou execuções em desacordo com o contrato;
 - 7.1.6. constituir servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução do contrato, com poderes para recusar o seu recebimento se executado em desconformidade com o edital e anexos;
 - 7.1.7. efetuar o pagamento, se comprovado o cumprimento do contrato.
- 7.2. O contratante exercerá a fiscalização do contratado, o que não exime a contratada das responsabilidades estabelecidas em leis ou no presentes contrato.
- 7.3. A fiscalização do contratante transmitirá verbalmente ou por escrito as instruções, ordens e reclamações.
- 7.4. O acompanhamento do contrato será realizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos: os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO OU DO SERVIÇO

- 8.1. O objeto do contrato pode ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações do termo de referência e/ou da proposta, devendo ser substituído ou refeito no prazo de 20 dias, a contar da comunicação da contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- 8.2. Em se tratando de obras e serviços, o recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, no prazo de 10 dias úteis, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas; o recebimento definitivo será procedido pelo gestor do contrato, no prazo 20 dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.3. Em se tratando de compras, o recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, de forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

CLÁUSULA NONA - MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. Até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, a contratada deve fornecer relatório detalhado do serviço prestado, informando os quantitativos, se for o caso, e estará sujeita a fiscalização de verificação por amostragem, se inviável a medição mensal em razão do seu objeto.
- 9.2. Se o objeto for compatível com a medição mensal, a liquidação terá início após a



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

apresentação do relatório de medição, elaborado pelo fiscal do contrato ou por servidor com formação suficiente para verificar o contexto fático.

9.3. O ordenador da despesa determinará o pagamento do valor devido após o gestor do contrato atestar: que as notas estão de acordo com a parcela efetivamente executada do contrato, segundo a medição ou o relatório detalhado; que foram cumpridas as cláusulas contratuais, especialmente a apresentação da certidão negativa de débitos Municipais, Federais e Estaduais e certidão de regularidade do FGTS e, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

9.3.1. O pagamento da parcela cumprida do contrato dar-se-á no prazo de até 2 meses, contados do recebimento definitivo.

9.3.2. Se a contratante não pagar no prazo de 2 meses do recebimento definitivo do produto ou serviço, os valores devidos serão atualizados com a aplicação do IPCA, a contar do prazo final para adimplemento voluntário.

9.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	14-SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERVIÇO
Unidade:	01-Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço
Proj/Ativ:	15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público.

CLÁUSULA DÉCIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A gestão do contrato será realizada pelo gestor do contrato, designado de acordo com o Decreto Municipal que disciplina o procedimento licitatório.

10.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo fiscal do contrato, designado de acordo com o Decreto Municipal que disciplina o procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. Presente qualquer motivo previsto no art. 137 da Lei 14.133, a extinção do contrato poderá ser:

11.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.1.2. consensual, desde que haja interesse da Administração;

11.1.3. determinada por decisão arbitral.

11.2. A extinção determinada por ato unilateral e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo.

11.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as



consequências previstas no edital.

11.4. Poderá ser determinada a extinção do contrato e a aplicação de sanção no mesmo ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES

12.1. O contratado será responsabilizado pelas seguintes infrações:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as seguintes sanções:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A advertência será aplicada exclusivamente a infração de dar causa à inexecução parcial do contrato (item 20.1.1), se não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A multa, de até 20% do valor do contrato, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas.

12.6. O impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 anos.

12.7. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

12.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar podem ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. A aplicação da sanção de multa não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.11. A extinção do contrato e a aplicação das sanções seguirá o procedimento previsto no Decreto Municipal 2.793 de 2023.

12.12. As sanções previstas neste edital serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir os litígios decorrentes do contrato.

13.3. O presente termo foi lavrado em 03 vias de igual teor, que foi assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

Ipumirim, SC, de de 2023.

HILÁRIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

02. _____

FISCAL DO CONTRATO



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Execução de pavimentação asfáltica nas ruas Juscelino Kubitschek (Trecho 2), Scalco, Selvino Belinni e Carlos Giombelli.

INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Federal 14.133 e do art. 19 do Decreto Municipal 2.793, apresenta-se o Estudo Técnico Preliminar - ETP do objeto da contratação, que consiste numa exposição dos elementos acerca da aquisição e das possíveis soluções a serem adotadas pelo poder público.

O estudo possuirá nível de complexidade condizente com o seu objeto e é subdividido em capítulos, que contém a avaliação necessária e a justificativa dos pontos não abordados.

I - Da descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.*

Contexto:

Ipumirim-SC, um município localizado na região sul do Brasil, apresenta desafios relacionados à infraestrutura viária, especificamente em relação à falta de pavimentação asfáltica em quatro de suas vias municipais, sendo elas: **Juscelino Kubitschek (Trecho 2), Carlos Giombelli, Scalco e Selvino Belini**. Esta ausência de infraestrutura adequada gera impactos significativos na qualidade de vida da população, afetando a mobilidade, o acesso aos serviços públicos e o desenvolvimento econômico local.

A rua Juscelino Kubitschek está localizada no centro da cidade de Ipumirim e é responsável por ligar o centro da cidade ao bairro do loteamento Colina do sol que abriga cerca de 80 residências. Por possuir um comprimento considerável, foi optado por executar a pavimentação em dois trechos: o primeiro de 225 metros e o segundo com 435,12 metros que será objeto desta licitação.

A rua Carlos Giombelli conecta o centro comercial à Indústria Sul Portas, onde há um fluxo considerável de caminhões madeireiros e possui uma extensão de 224,97 metros.

A rua Scalco possui 145,01 metros de extensão e liga duas ruas já pavimentadas no loteamento Scalco.

A rua Selvino Bellini possui o comprimento de 161,11 metros e conecta duas vias pavimentadas do loteamento Bellini.

Problema a ser Resolvido:

As vias em questão atualmente possuem pavimentação inadequada, sendo predominantemente compostas por cascalho ou simplesmente não pavimentadas. Isso resulta em diversos problemas, como poeira em excesso, dificuldades de deslocamento, principalmente em épocas de chuvas, e uma infraestrutura vulnerável a danos causados pelo tráfego constante.

Para solucionar esses problemas, em 2021 foi contratada, através do Contrato Administrativo 128/2021, a empresa Chiatec a qual elaborou os projetos para pavimentação de, entre outros, os trechos em questão.

Impactos na Comunidade:

A falta de pavimentação asfáltica afeta diretamente a qualidade de vida dos residentes locais. Os transtornos incluem dificuldades no deslocamento de veículos



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

e pedestres, aumento da deterioração de veículos devido às condições precárias das estradas e impacto negativo na valorização imobiliária das áreas adjacentes.

Interesse Público:

A pavimentação asfáltica dessas vias municipais é crucial para atender ao interesse público e promover o bem-estar da comunidade de Ipumirim-SC. Além de melhorar a mobilidade, a infraestrutura adequada contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico, atraindo investimentos, promovendo o crescimento do comércio local e aumentando a qualidade de vida dos moradores.

Histórico:

O mesmo objeto já protagonizou dois processos licitatórios no município: o PL133/2023 (TP05/2023) e PL144/2023 (TP08/2023), em que ambos terminaram fracassados por licitação deserta. Assim, este ETP visa viabilizar a licitação, sob os parâmetros da Nova Lei de Licitações e Contratos que possibilitará a mais empresas participarem do processo de forma eletrônica.

Objetivos da Contratação:

Ao buscar a contratação para a execução da pavimentação asfáltica, a administração municipal de Ipumirim pretende:

- Melhorar a infraestrutura viária local;
- Garantir a segurança e a comodidade dos usuários das vias;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do município;
- Valorizar as áreas circunvizinhas, incentivando investimentos imobiliários;
- Contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos de Ipumirim-SC;
- Viabilizar a contratação de empresa do ramo de pavimentação asfáltica para a execução;

Resumidamente, a contratação para a pavimentação asfáltica nessas vias é essencial para atender às necessidades imediatas da comunidade, melhorando a infraestrutura e promovendo o desenvolvimento sustentável do município.

II - Da demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

Por ainda não haver Plano de Contratações Anual, este requisito não pôde ser verificado.

III - Dos requisitos da contratação

A contratação deverá ser direcionada à empresa do ramo de construção de pavimentos asfálticos. Será necessário que se busque uma empresa que cumpra com os seguintes requisitos, no que couber, conforme a lei:

- **Experiência Técnica e Histórico de Obras Semelhantes:** A empresa deverá comprovar experiência técnica na execução de obras de pavimentação asfáltica, apresentando um histórico de projetos bem-sucedidos e similares em termos de escopo e complexidade através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada, com no mínimo os seguintes



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

itens e quantidades:

- d. Pavimentação: 5.000m² ou equivalente;
- e. Topografia (locação): 5.000m² ou equivalente;
- f. Sinalização viária: 5.000m² ou equivalente;

- **Qualificação Técnica da Equipe:** Apresentação do currículo e qualificação técnica da equipe que será responsável pela execução da obra, incluindo engenheiros, técnicos especializados em pavimentação e demais profissionais necessários que deverão estar registrados nos respectivos órgãos de classe.
- **Capacidade Financeira e Garantias:** A empresa deverá demonstrar capacidade financeira para arcar com os custos da obra, apresentando balanços financeiros recentes, comprovação de capital de giro e, se necessário, fornecimento de garantias bancárias.
- **Certificações e Normativas Ambientais:** Certificações que atestem o compromisso da empresa com práticas ambientalmente sustentáveis, bem como o cumprimento de normativas e regulamentações ambientais vigentes, no que couber.
- **Adoção de Tecnologias Sustentáveis:** Comprometimento da empresa em utilizar tecnologias sustentáveis durante a execução da obra, priorizando materiais reciclados, asfalto de baixo impacto ambiental e equipamentos eficientes em termos de consumo energético.
- **Compromisso com a Segurança do Trabalho:** Apresentação de um plano de segurança do trabalho, contemplando medidas preventivas, treinamentos para a equipe, e ações para garantir um ambiente de trabalho seguro durante a realização da obra.
- **Licenças e Autorizações:** A empresa deve estar regularizada quanto às licenças e autorizações necessárias para a realização da obra, incluindo autorização ambiental, licença de operação, entre outras exigências legais, quando necessárias.
- **Compromisso com a Logística Reversa:** Comprometimento da empresa em adotar práticas de logística reversa, incluindo a destinação adequada de resíduos, o reaproveitamento de materiais recicláveis e a gestão sustentável dos insumos utilizados na obra.
- **Capacidade de Inovação e Adoção de Tecnologias:** Demonstração da capacidade da empresa em inovar e incorporar novas tecnologias que possam otimizar o processo construtivo, melhorar a eficiência e reduzir



impactos ambientais.

Ao considerar esses requisitos, a Administração de Ipumirim-SC busca garantir a contratação de uma empresa qualificada e comprometida com a realização da pavimentação asfáltica de forma eficiente, sustentável e em conformidade com as normas e exigências locais.

IV - Das estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.*

As quantidades estimadas de pavimentação asfáltica, o principal serviço a ser executado, em cada rua são:

- Juscelino Kubitschek (Trecho 2): 3.481,00 m²;
- Carlos Giombelli: 1574,00m²;
- Scalco: 1.173,00m²;
- Selvino Belinni: 1.288,00m²;

As memórias de cálculo, assim como o descritivo dos demais serviços encontram-se no memorial descritivo em anexo.

V - Do levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Por já existir projeto elaborado em 2021 por empresa contratada, como já mencionado, não há o que se falar em análise de outras alternativas. Ainda sim, é possível constatar o embasamento dos estudos no memorial descritivo em anexo.

VI - Da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.*

A estimativa de quantidade de contratação, orçamento, memorial descritivo, cronograma e ARTs poderão ser melhor visualizados no memorial descritivo em anexo.

VII - Da descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

1. Rua Juscelino Kubitschek (Trecho 2): O trecho 2 da Rua Juscelino Kubitschek será contemplado com a pavimentação asfáltica, visando melhorar a infraestrutura viária nessa localidade. O projeto incluirá a preparação da base, aplicação de camada de asfalto adequada e sinalização viária para garantir a segurança dos usuários.

2. Rua Carlos Giombelli: A pavimentação da Rua Carlos Giombelli visa proporcionar uma via mais segura e eficiente para pedestres e veículos. Serão aplicadas técnicas de pavimentação asfáltica, considerando as características específicas da via, e serão implementadas medidas de drenagem para prevenir problemas relacionados a acúmulo de água.

3. Rua Selvino Bellini: A Rua Selvino Bellini também será alvo da obra de pavimentação asfáltica. O projeto contemplará a aplicação de camada de asfalto de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência à ação do tráfego. Além disso, a sinalização horizontal e vertical será cuidadosamente planejada para otimizar a segurança viária.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

4. Rua Scalco: A pavimentação da Rua Scalco visa transformar essa via em um ambiente mais acessível e funcional para os moradores e transientes do local. Serão empregadas técnicas modernas de pavimentação asfáltica, levando em consideração a topografia e as condições específicas da rua. A sinalização adequada será implantada para orientar os usuários.

Exigências de Manutenção e Assistência Técnica:

- **Período de Garantia:** A empresa contratada deverá fornecer um período de garantia, assegurando a qualidade da pavimentação. Durante esse período, eventuais defeitos ou problemas relacionados à execução da obra serão corrigidos sem custos adicionais.
- **Plano de Manutenção Preventiva:** Será exigido um plano de manutenção preventiva, delineando as ações necessárias para preservar a durabilidade da pavimentação ao longo do tempo. Isso pode incluir inspeções regulares, reparos menores e ações para prevenir desgastes prematuros.
- **Assistência Técnica:** A empresa contratada deverá oferecer assistência técnica contínua, respondendo prontamente a solicitações da administração municipal em relação a eventuais problemas ou questões relacionadas à pavimentação asfáltica.
- **Padrões de Qualidade:** A execução da pavimentação deverá atender a padrões de qualidade estabelecidos, considerando normas técnicas e especificações adequadas para garantir a durabilidade e eficiência da obra.

A pavimentação asfáltica dessas quatro ruas municipais em Ipumirim-SC busca não apenas melhorar a infraestrutura, mas também assegurar a qualidade a longo prazo, com a implementação de medidas preventivas e garantias de assistência técnica. Essas exigências visam promover a sustentabilidade e a eficácia da obra para o benefício duradouro do município de Ipumirim.

VIII - Das justificativas para o parcelamento ou não da contratação*

Por ser uma contratação bem definida, não há a necessidade do parcelamento da contratação. Assim, a licitação deverá contratar um única empresa responsável para executar as quatro ruas propostas.

IX - Do demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Os resultados pretendidos são:

1. Economicidade:

- a. Redução de Custos de Manutenção: Com a pavimentação asfáltica, haverá uma redução significativa nos custos de manutenção das vias. A durabilidade do asfalto em comparação com materiais não pavimentados minimizará a necessidade de reparos frequentes, resultando em economia para o município a longo prazo.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- b. **Melhoria na Eficiência do Transporte Público e Privado:** O asfalto proporcionará condições mais adequadas para o tráfego de veículos, reduzindo o desgaste dos mesmos e otimizando o consumo de combustível. Isso contribuirá para a economia dos usuários e empresas locais, melhorando a eficiência do transporte público e privado.
- c. **Valorização Imobiliária:** A pavimentação asfáltica tende a aumentar a atratividade das áreas adjacentes, resultando na valorização imobiliária. Isso pode gerar receitas adicionais para o município por meio do aumento do valor dos terrenos e imóveis na região.

2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros:

- a. **Otimização da Mão de Obra:** A execução da pavimentação asfáltica será planejada de maneira eficiente, otimizando a utilização da mão de obra disponível. A alocação adequada de equipes e a coordenação eficaz dos trabalhos contribuirão para o uso eficiente dos recursos humanos.
- b. **Gerenciamento Sustentável de Materiais:** A seleção criteriosa de materiais, considerando a qualidade e a durabilidade, garantirá que os recursos materiais sejam utilizados de maneira eficiente. Isso evita desperdícios e contribui para a sustentabilidade ambiental.
- c. **Controle Financeiro Efetivo:** A gestão financeira da obra será transparente e eficaz, buscando a melhor relação custo-benefício. A análise cuidadosa dos gastos, a negociação adequada com fornecedores e a implementação de práticas de controle orçamentário contribuirão para o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.
- d. **Planejamento Adequado para Evitar Desperdícios:** O planejamento prévio da obra, considerando a logística, a aquisição de materiais e a programação das atividades, evitará desperdícios de tempo e recursos. Isso resultará em uma execução mais eficiente da pavimentação asfáltica.
- e. **Fiscalização de obras públicas:** A equipe de fiscalização do município de Ipumirim será responsável por monitorar o andamento da obra, verificar a conformidade com as especificações técnicas e garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos. Qualquer desvio do



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

planejado será identificado e corrigido de forma imediata, assegurando a qualidade e eficiência do cumprimento do contrato ao aplicar recursos públicos.

Por fim, pavimentação asfáltica das quatro ruas municipais em Ipumirim-SC não apenas visa melhorar a infraestrutura viária, mas também busca alcançar resultados econômicos positivos e um melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Ao considerar cuidadosamente esses aspectos, a administração municipal pretende garantir uma obra duradoura e benéfica para a comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos cidadãos locais.

X - Das providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Constituição da Comissão de Fiscalização Contratual: Formar uma comissão específica para a fiscalização do contrato, composta por profissionais capacitados. Esta equipe será responsável por monitorar a execução da obra, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme as especificações técnicas e prazos estabelecidos.

Reunião Inicial com a Empresa Contratada: Realizar uma reunião inicial com a empresa vencedora para alinhar expectativas, apresentar o cronograma de execução, discutir detalhes técnicos e estabelecer canais eficientes de comunicação. Essa interação inicial é fundamental para um entendimento claro das responsabilidades de ambas as partes.

Capacitação Adicional da Equipe de Fiscalização: Proporcionar treinamentos adicionais à equipe de fiscalização, abordando especificidades do contrato, procedimentos operacionais e ferramentas de gestão específicas. Essa capacitação adicional prepara a equipe para os desafios práticos da obra e otimiza a fiscalização.

Elaboração do Plano de Fiscalização: Desenvolver um plano de fiscalização detalhado, incluindo cronograma de inspeções, parâmetros de qualidade, e indicadores de desempenho. O plano serve como guia para a equipe de fiscalização, permitindo uma abordagem sistemática e eficiente durante a execução da obra.

Instalação de Dispositivos de Controle e Monitoramento: Implementar dispositivos de controle e monitoramento, como câmeras de vigilância e sistemas de georreferenciamento, para permitir uma vigilância constante e em tempo real da obra. Esses dispositivos auxiliam na detecção precoce de possíveis problemas e na tomada de medidas corretivas.

Acompanhamento Financeiro e Orçamentário: Estabelecer um sistema rigoroso de acompanhamento financeiro e orçamentário, monitorando os gastos da obra em comparação com o orçamento previamente estabelecido. Esse controle é essencial para evitar desvios e garantir a eficiente aplicação dos recursos financeiros.

Registro e Documentação Adequados: Implementar um sistema eficaz de registro e documentação de todas as atividades relacionadas à fiscalização e gestão contratual. Isso inclui relatórios periódicos, registros fotográficos, e documentação técnica, proporcionando uma base sólida para avaliação e prestação de contas.

Ao implementar essas providências após a licitação e previamente à celebração do contrato, a administração municipal de Ipumirim-SC busca garantir uma execução eficiente da obra de pavimentação asfáltica, assegurando a conformidade com as diretrizes estabelecidas e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

A contratação será unicamente para a execução de todo o serviço de pavimentação, que após concluído, deverá cumprir com os objetivos propostos.

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

1. Desmatamento e Alteração da Cobertura Vegetal:

Não haverá a necessidade de supressão vegetal nesta obra, pois, no alinhamento das ruas não há cobertura vegetal.

2. Contaminação do Solo e da Água:

Impacto: A utilização de materiais e produtos químicos na pavimentação asfáltica pode resultar em contaminação do solo e água.

Medidas Mitigadoras:

- Utilizar materiais asfálticos que atendam a padrões ambientais e de segurança.
- Implementar sistemas de contenção e drenagem para evitar o escoamento de substâncias nocivas.

3. Emissões Atmosféricas:

Impacto: A aplicação de asfalto pode gerar emissões atmosféricas prejudiciais à qualidade do ar.

Medidas Mitigadoras:

- Utilizar tecnologias de asfalto mais limpo e com baixas emissões.
- Programar a obra em períodos climáticos favoráveis para dispersão de poluentes.

4. Consumo de Energia e Outros Recursos:

Impacto: A pavimentação asfáltica pode demandar grandes quantidades de energia e recursos naturais.

Medidas Mitigadoras:

- Priorizar o uso de materiais reciclados e de baixo impacto ambiental.
- Investir em tecnologias que otimizem o consumo de energia durante a execução da obra.

5. Geração de Resíduos:

Impacto: A construção da pavimentação asfáltica pode gerar resíduos sólidos.

Medidas Mitigadoras:

- Implementar um programa de logística reversa para reciclagem de resíduos asfálticos.
- Destinar corretamente os resíduos não recicláveis, seguindo normativas ambientais.



6. Ruídos e Perturbação da Fauna:

Impacto: A operação de equipamentos pesados pode gerar ruídos e perturbar a fauna local.

Medidas Mitigadoras:

- Programar as atividades mais ruidosas em horários específicos, minimizando o impacto em horários sensíveis.
- Adotar barreiras acústicas temporárias ao redor da obra.

7. Comprometimento da Qualidade da Água Subterrânea:

Impacto: A movimentação de solo e a aplicação de materiais podem comprometer a qualidade da água subterrânea.

Medidas Mitigadoras:

- Monitorar a qualidade da água subterrânea antes, durante e após a obra.
- Implementar barreiras de proteção para evitar a infiltração de substâncias nocivas.

8. Logística Reversa:

A logística reversa, quando implementada de forma adequada e responsável, pode ter impactos ambientais positivos e contribuir para a sustentabilidade. No contexto da pavimentação asfáltica, a logística reversa está relacionada ao desfazimento e à reciclagem de bens, materiais e resíduos gerados durante a obra.

Medidas Mitigadoras:

- Estabelecer um sistema eficiente de logística reversa para o desfazimento e reciclagem de bens, materiais e refugos gerados durante a obra.
- Priorizar a reutilização de materiais recicláveis e a destinação adequada de resíduos, incentivando a economia circular.

Ao incorporar essas medidas mitigadoras, a Administração de Ipumirim-SC busca realizar a pavimentação asfáltica de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais e promovendo práticas responsáveis ao longo de toda a obra.

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O ETP para a pavimentação asfáltica das quatro ruas municipais em Ipumirim-SC foi estruturado considerando diversos elementos, desde os requisitos técnicos até os aspectos ambientais e sociais. Após uma avaliação abrangente, é possível concluir que a contratação está adequadamente alinhada com a necessidade específica a que se destina.

Pontos de Destaque:

- **Qualificação da Empresa Contratada:**A empresa selecionada deverá demonstrar experiência técnica, capacidade financeira e histórico positivo em obras semelhantes. Sua qualificação técnica e comprometimento com práticas sustentáveis são elementos fundamentais para o sucesso da pavimentação asfáltica.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- **Enfoque na Sustentabilidade e Meio Ambiente:** Os requisitos ambientais, incluindo medidas de mitigação de impactos, tecnologias sustentáveis e a implementação de logística reversa, refletem um compromisso notável com a sustentabilidade ambiental. Isso contribuirá para minimizar os efeitos adversos da obra na natureza e promover práticas responsáveis.
- **Atendimento às Normativas e Licenças:** A garantia da empresa em atender a todas as normativas e possuir as devidas licenças é essencial para assegurar a conformidade legal da obra. Esse comprometimento evita possíveis impasses e garante que a execução ocorra de acordo com as diretrizes estabelecidas.
- **Capacidade de Inovação e Tecnologia:** A disposição da empresa em adotar tecnologias inovadoras e sustentáveis reforça a busca por eficiência operacional, redução de impactos ambientais e otimização dos recursos disponíveis.
- **Cumprimento dos objetivos propostos:** O sucesso da contratação em cumprir não apenas os requisitos técnicos e ambientais, mas também os objetivos pré-estabelecidos relacionados à infraestrutura, qualidade de vida, desenvolvimento local e valorização do espaço em Ipumirim-SC. A abordagem integrada desses aspectos ressalta o impacto positivo que a obra terá na cidade e na região como um todo.

Assim, a contratação para a pavimentação asfáltica em Ipumirim-SC, além de atender aos requisitos técnicos e legais, deverá estar alinhada não só com o interesse público, mas com os princípios de sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social. A abordagem adotada, considerando desde a qualificação da empresa até as práticas de logística reversa, reflete um compromisso integral com a qualidade, eficiência e o bem-estar da comunidade. Dessa forma, a contratação poderá ser considerada adequada para atender de maneira integral à necessidade específica proposta, promovendo um impacto positivo no desenvolvimento local e na qualidade de vida dos cidadãos.

Ipumirim, Santa Catarina, 11 de janeiro de 2024.

IGORI FRIPP DAINESE
ENGENHEIRO CIVIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E
FINANÇAS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO III

(MODELO DE PROCURAÇÃO)

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº e Inscrição Estadual sob o nº representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o(a) Sr(a) (qualificação), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante o Município de Ipumirim, no que se referir à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**, especialmente para tomar toda e qualquer decisão durante as fases da concorrência, inclusive apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, oferecer/assinar **PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** em nome da Outorgante, formular lances na etapa de lances, negociar a redução de preço, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o final de todo o processo da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local e data.

Assinatura e Identificação (CARIMBO DA FIRMA)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 14 da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, que **NÃO** tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local, de de 2024.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , **DECLARA**, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal no 14.133/21 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local, de de 2024.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO SOCIAL E
FUNCIONAL**

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Ref.: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que não integra em seus quadros social e funcional, servidor público da administração direta ou indireta do Município de Ipumirim, e agente político da esfera municipal de Ipumirim, do Estado de Santa Catarina, e da União.

Portanto, inclusive, a empresa declara que também esta em conformidade com o que prevê o art. 54 I "a" da Constituição Federal e art. 43 I "a" e II "a" da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Local, de _____ de 2024.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

.....
.....,
(nome da empresa)
com sede na
.....
.....,
(endereço)

inscrita no CNPJ sob o n., licitante na Concorrência supra transcrito, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. n., sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte), na data da abertura da proposta, prescritos no art. 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Em dede

.....
(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO I DO ART. 63 DA LEI
Nº 14.133/2021**

Em atendimento ao inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**, instaurado pelo Município de Ipumirim, SC.

Local, de _____ de 2024

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024**

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI
N. 13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Ipumirim/SC, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
5. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Município de IPUMIRIM/SC.
6. A LICITANTE/CONTRATADA, fica obrigada a comunicar o Município de Ipumirim/SC, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

_____, de 2024.

CONTRATADA

CONTRATANTE